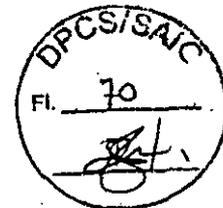




Edital PNUMA 027/2015

Projeto PNUMA nº 61-P7 (Brazil Project):

"Cidades Inteligentes e Sustentáveis"



Elaboração de uma agenda de municipalização do programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), para municípios com até 50.000 habitantes.

Produto 4. Relatório consolidando as informações coletadas na viagem de campo 1 - estado da Bahia.

Consultor: Rafael Jó Girão

Contrato: ROLAC-BR-2016-06

Brasília, janeiro de 2017.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
1. Contexto socioambiental e a administração pública no estado da Bahia	4
1.1. Territórios de identidade e consórcios públicos	8
2. Resultados dos Diálogos A3P Bahia.....	10
2.1. Parceria da A3P com a Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia (SEMA-BA) ...	10
2.2. Municípios-sede dos Diálogos A3P Bahia.....	10
2.3. Divulgação e inscrição dos 3 Diálogos A3P Bahia.....	11
2.4. Apresentações dos Diálogos A3P	13
2.5. Resultados dos grupos temáticos	14
2.6. Certificados de participação.....	22



INTRODUÇÃO

O presente Produto 4 traz, em seu conteúdo, o relatório consolidando as informações coletadas na viagem de campo para o estado da Bahia, sendo desenvolvido no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica PNUMA nº 61-P7 - "Cidades Inteligentes e Sustentáveis", visando apoiar a elaboração de uma agenda de municipalização da A3P, para municípios com até 50.000 habitantes.

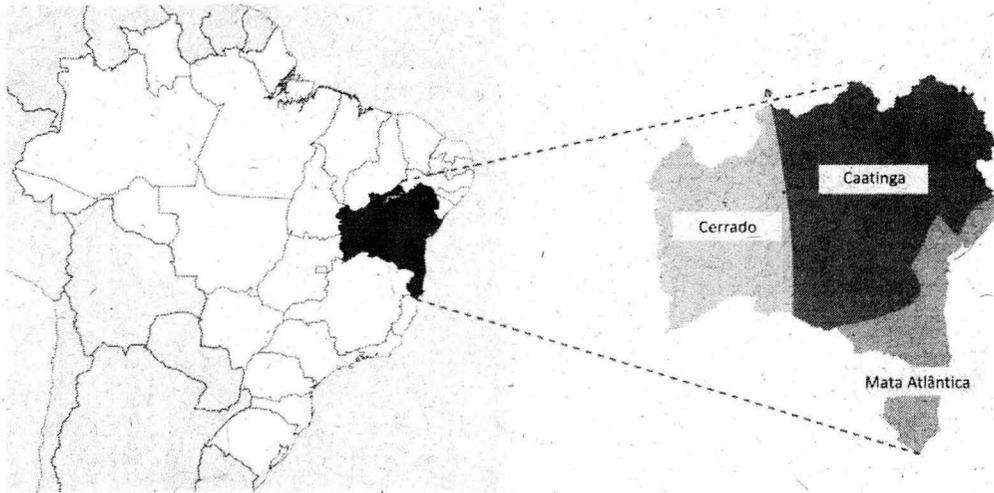
Então, seguindo a estrutura do trabalho proposta nos produtos anteriores, neste produto são apresentadas as seguintes informações:

1. Contexto socioambiental e a administração pública no estado da Bahia;
2. Resultados dos Diálogos A3P Bahia.

1. Contexto socioambiental e a administração pública no estado da Bahia

Localizado ao sul do Nordeste brasileiro, o estado da Bahia faz divisas com os estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Tocantins, Piauí, Pernambuco, Alagoas e Sergipe.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹, a Bahia possui uma área de 564.732,642 km², sendo banhada à leste pelo oceano Atlântico em uma extensão de cerca de 900 quilômetros.



Seu território é formado por 3 biomas: Mata Atlântica, Caatinga e Cerrado. Segundo o Ministério do Meio Ambiente², a Mata Atlântica é formada por um conjunto de formações florestais (Florestas: Ombrófila Densa, Ombrófila Mista, Estacional Semidecidual, Estacional Decidual e Ombrófila Aberta) e ecossistemas associados como as restingas, manguezais e campos de altitude, que se estendem originalmente por aproximadamente 1.300.000 km² em 17 estados do território brasileiro. Hoje os remanescentes de vegetação nativa estão reduzidos a cerca de 22% de sua cobertura original e encontram-se em diferentes estágios de regeneração. Apenas cerca de 7% estão bem conservados em fragmentos acima de 100 hectares. Mesmo reduzida e muito fragmentada, estima-se que na Mata Atlântica existam cerca de 20.000 espécies vegetais (cerca de 35% das espécies existentes no Brasil), incluindo diversas espécies endêmicas e ameaçadas de extinção. Essa riqueza é maior que a de alguns continentes (17.000 espécies na América do Norte e 12.500 na Europa) e por isso a região da Mata Atlântica é altamente prioritária para a conservação da biodiversidade mundial. Em relação à fauna, os levantamentos já realizados indicam que a Mata Atlântica abriga 849 espécies de aves, 370 espécies de anfíbios, 200 espécies de répteis, 270 de mamíferos e cerca de 350 espécies de peixes.

Já a Caatinga ocupa uma área de cerca de 844.453 km², o equivalente a 11% do território nacional. Engloba os estados Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Sergipe e o norte de Minas Gerais. Rico em biodiversidade, o bioma abriga 178 espécies de mamíferos, 591 de aves, 177 de répteis, 79

¹ Informações disponíveis no site <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ba>

² Informações disponíveis no site <http://www.mma.gov.br/biomas>



espécies de anfíbios, 241 de peixes e 221 abelhas. Cerca de 27 milhões de pessoas vivem na região, a maioria carente e dependente dos recursos do bioma para sobreviver. A caatinga tem um imenso potencial para a conservação de serviços ambientais, uso sustentável e bioprospecção que, se bem explorado, pode ser decisivo para o desenvolvimento da região e do país. A biodiversidade da caatinga ampara diversas atividades econômicas voltadas para fins agrosilvopastoris e industriais; especialmente nos ramos farmacêutico, de cosméticos, químico e de alimentos. Apesar da sua importância, o bioma tem sido desmatado de forma acelerada, principalmente nos últimos anos, devido principalmente ao consumo de lenha nativa, explorada de forma ilegal e insustentável, para fins domésticos e indústrias, ao sobrepastoreio e a conversão para pastagens e agricultura.

E o Cerrado é o segundo maior bioma da América do Sul, ocupando uma área de 2.036.448 km², cerca de 22% do território nacional. Neste espaço territorial encontram-se as nascentes das três maiores bacias hidrográficas da América do Sul (Amazônica/Tocantins, São Francisco e Prata), o que resulta em um elevado potencial aquífero e favorece a sua biodiversidade. Do ponto de vista da diversidade biológica, é reconhecido como a savana mais rica do mundo, abrigando 11.627 espécies de plantas nativas já catalogadas. Cerca de 200 espécies de mamíferos são conhecidas, e a rica avifauna compreende cerca de 837 espécies. Os números de peixes (1200 espécies), répteis (180 espécies) e anfíbios (150 espécies) são elevados. O número de peixes endêmicos não é conhecido, porém os valores são bastante altos para anfíbios e répteis: 28% e 17%, respectivamente. De acordo com estimativas recentes, o Cerrado é o refúgio de 13% das borboletas, 35% das abelhas e 23% dos cupins dos trópicos.

Além dos aspectos ambientais, o Cerrado tem grande importância social. Muitas populações sobrevivem de seus recursos naturais, incluindo etnias indígenas, quilombolas, geraizeiros, ribeirinhos, babaqueiras, vazanteiros e comunidades quilombolas que, juntas, fazem parte do patrimônio histórico e cultural brasileiro, e detêm um conhecimento tradicional de sua biodiversidade. Mais de 220 espécies têm uso medicinal e mais 416 podem ser usadas na recuperação de solos degradados, como barreiras contra o vento, proteção contra a erosão, ou para criar habitat de predadores naturais de pragas. Mais de 10 tipos de frutos comestíveis são regularmente consumidos pela população local e vendidos nos centros urbanos, como os frutos do Pequi (*Caryocar brasiliense*), Buriti (*Mauritia flexuosa*), Mangaba (*Hancornia speciosa*), Cagaita (*Eugenia dysenterica*), Bacupari (*Salacia crassifolia*), Cajuzinho do cerrado (*Anacardium humile*), Araticum (*Annona crassifolia*) e as sementes do Barú (*Dipteryx alata*).

Contudo, inúmeras espécies de plantas e animais correm risco de extinção com a crescente pressão para a abertura de novas áreas, visando incrementar a produção de carne e grãos para exportação, tem havido um progressivo esgotamento dos recursos naturais da região. Estima-se que 20% das espécies nativas e endêmicas já não ocorram em áreas protegidas e que pelo menos 137 espécies de animais que ocorrem no Cerrado estão ameaçadas de extinção.

A publicação "Indicadores de desenvolvimento sustentável - Brasil 2015"³ do IBGE apresenta a proporção de área desmatada destes biomas no estado da Bahia:

³ Publicação disponível no site <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=294254>

- área desmatada, até 2012, do bioma Mata Atlântica: 87,6%
- área desmatada, até 2010, do bioma Cerrado: 37,6%
- área desmatada, até 2009, do bioma Caatinga: 53,3%

A mesma publicação apresenta diversas outras informações socioambientais sobre o estado da Bahia e que estão organizadas na tabela a seguir:

Descrição	Valor	Relevância para o desenvolvimento sustentável
População estimada para 2016	15.276.566	
População Censo 2010	14.016.906	
Densidade demográfica 2010	24,82 hab/km ²	
Número de Municípios	417	
Municípios com até 50 mil habitantes	370	
Produto Interno Bruto per capita em 2011	R\$ 12 mil/ano	Ao indicar o nível médio de renda anual da população, é comumente utilizado como um indicador-síntese do nível de desenvolvimento, ainda que insuficiente para expressar, por si só, o grau de bem-estar da população, especialmente em circunstâncias de desigualdade na distribuição de renda.
Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade em 2012	84%	Indicador pode ser utilizado para representar as condições socioeconômicas da população, bem como auxiliar o planejamento, a gestão e a avaliação de políticas públicas na área de educação.
Proporção de pessoas de 25 a 64 anos de idade, com 11 anos de estudo em 2012	25,5%	O conhecimento, a informação e uma visão mais ampla dos valores são componentes básicos para o exercício da cidadania e o desenvolvimento sustentável.
Número de usuários da Internet em 2012	310 por 1000 habitantes	Em geral, quanto mais amplo o acesso, maior a possibilidade de que a sociedade seja mais bem informada sobre as questões referentes ao desenvolvimento sustentável, facilitando sua mobilização e sua participação nas tomadas de decisão em assuntos ambientais e de bem-estar, entre outros.
Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) dos pontos de monitoramento em rios em 2011-2012	Quase totalidade com até 5 mg/l	A DBO evidencia o lançamento de esgotos domésticos na água, ao medir a quantidade de oxigênio necessária para degradar bioquimicamente a matéria orgânica. Quanto maior o seu valor, pior é a qualidade da água.
Índice de Qualidade da Água (IQA) dos pontos de monitoramento em rios em 2011-2012	Quase totalidade em situação boa (51 < IQA ≤ 79)	O IQA é um indicador mais genérico, revelador do processo de eutrofização das águas. Ele varia numa escala de 0 a 100 e quanto maior o seu valor, melhor a qualidade da água.
Proporção de moradores em domicílios permanentes urbanos, atendidos por rede de abastecimento de água em 2012	95%	O acesso ao abastecimento de água potável é fundamental para assegurar boas condições de saúde e higiene.



Proporção de moradores em domicílios permanentes rurais com acesso a poço ou nascente em 2012	37%	O acesso ao abastecimento de água potável é fundamental para assegurar boas condições de saúde e higiene.
Proporção de moradores em domicílios permanentes urbanos com esgotamento sanitário adequado em 2012	75%	Existência de esgotamento sanitário adequado no domicílio é fundamental para a saúde da população, contribuindo para reduzir o risco e a frequência de doenças associadas aos esgotos.
Proporção de moradores em domicílios permanentes rurais com esgotamento sanitário adequado em 2012	19%	Existência de esgotamento sanitário adequado no domicílio é fundamental para a saúde da população, contribuindo para reduzir o risco e a frequência de doenças associadas aos esgotos.
Proporção de moradores em domicílios permanentes urbanos com acesso a serviço de coleta lixo em 2012	96%	Indicador que pode ser associado tanto à saúde da população quanto à proteção do meio ambiente, na medida em que resíduos não coletados ou dispostos em locais inadequados favorecem a proliferação de vetores de doenças, bem como a contaminação do solo e águas.
Domicílios particulares permanentes adequados para moradia em 2012 (um domicílio adequado deve atender, simultaneamente, aos seguintes critérios: 1. densidade de até 2 moradores por dormitório; 2. coleta de lixo direta ou indireta por serviço de limpeza; 3. abastecimento de água por rede geral; e 4. esgotamento sanitário por rede coletora ou fossa séptica)	50%	A moradia adequada pode contribuir para a qualidade ambiental, quando o esgoto e o lixo são coletados e adequadamente dispostos, evitando a proliferação de vetores de doenças.
Proporção de municípios com legislação específica para tratar da questão ambiental em 2009	46%	Um elevado número de municípios que possuem legislação específica para tratar destas questões é um indicativo da inserção dos gestores e da população neste debate e a importância que a questão ambiental vem adquirindo nos últimos anos para a gestão municipal.
Proporção de municípios com Fundo Municipal de Meio Ambiente em 2012	45%	A criação de um fundo municipal de meio ambiente tem a finalidade de assegurar recursos financeiros necessários ao desenvolvimento das ações da política de meio ambiente do município.
Proporção de municípios com Conselho Municipal de Meio Ambiente ativo em 2012	50%	A existência de conselhos ativos revela o nível de organização municipal no que se refere à democratização da gestão de políticas públicas e reflete o interesse da municipalidade nas especificidades locais.
Proporção da população residente em municípios com Agenda 21 Local em 2012	49%	Agenda 21 Local é um processo de planejamento estratégico participativo que, através da construção de parcerias entre os diversos agentes envolvidos, pretende alcançar o desenvolvimento sustentável local.
Proporção dos municípios que participam de comitês de bacias hidrográficas em 2012	76%	Articulação intermunicipal e/ou com a União e os Estados. Trata-se, portanto, de um modelo de gestão descentralizado e participativo para

		a tomada de decisões relativas ao uso, à recuperação e à conservação dos recursos hídricos.
Utilização de fertilizantes (indicador é a razão entre a quantidade de fertilizantes vendidos anualmente e a área plantada)	160 kg/ha/ano (maior utilizador do Nordeste)	Permite avaliar a evolução da intensidade de uso de fertilizantes no país e subsidiar estudos de riscos à qualidade da água de rios, lagos e aquíferos subterrâneos.
Comercialização de agrotóxicos e afins (indicador é a razão entre a quantidade de agrotóxico comercializada anualmente e a área plantada)	5,5 kg/ha/ano (maior comércio do Nordeste)	O uso intensivo dos agrotóxicos está associado a agravos à saúde da população, tanto dos consumidores dos alimentos quanto dos trabalhadores que lidam diretamente com os produtos, à contaminação de alimentos e à degradação do meio ambiente.

1.1. Territórios de identidade e consórcios públicos

O território é conceituado como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial.

Desta forma, segundo a Secretaria de Planejamento do Governo do Estado da Bahia⁴, com o objetivo de identificar prioridades temáticas definidas a partir da realidade local, possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões, o Governo da Bahia passou a reconhecer a existência de 27 Territórios de Identidade⁵, constituídos a partir da especificidade de cada região. Sua metodologia foi desenvolvida com base no sentimento de pertencimento, onde as comunidades, através de suas representações, foram convidadas a opinar.

Já a publicação "Consórcio Público - orientações gerais para implantação"⁶ dos Consórcios Públicos da Bahia, indica que a maioria das políticas públicas como educação, saúde, habitação, infraestrutura rodoviária, mobilidade urbana e desenvolvimento sociambiental é realizada no âmbito municipal. Entretanto, os municípios possuem baixa capacidade de investimento, déficits acumulados de serviços públicos oferecidos, além de diversas regiões apresentarem pouco dinamismo econômico. Na Bahia, 80% dos municípios têm menos de 30 mil habitantes e não possuem condições administrativas e institucionais de prestar os serviços essenciais à sua população. Então, o consórcio público se apresenta

⁴ Informações disponíveis no site <http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17><http://geo.dieese.org.br/bahia/territorios.php>

⁵ Planilha com os municípios que compõem os Territórios de Identidade da Bahia: http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politica-territorial/CONFIGURACAO_TERRITORIAL_E_MAPAS/Territorios_de_Identidade_PPA_2016_2019/TI_x_Municipios.pdf e Mapa geral dos Territórios de Identidade da Bahia: http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politica-territorial/CONFIGURACAO_TERRITORIAL_E_MAPAS/Territorios_de_Identidade_PPA_2016_2019/MAPA_GERAL_territorios_2016.pdf

⁶ Publicação disponível no site <http://www.consorciospublicos.ba.gov.br/uploads/cartilha.pdf>



como uma ferramenta essencial para a superação de diversos problemas que afligem os municípios e concretiza o federalismo cooperativo no Brasil.

A figura dos consórcios públicos surgiu com o advento da Emenda Constitucional 19/98, ao estabelecer que a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, com a finalidade de executar a gestão associada de serviços públicos. Em seguida, foi promulgada a Lei nº 11.107/05, Lei dos Consórcios Públicos, e o seu regulamento o Decreto nº 6.017/07.

Então, o consórcio público é uma modalidade de associação entre dois ou mais entes da federação, com vistas ao planejamento, à regulação e à execução de atividades ou de serviços públicos de interesse comum de alguns ou de todos os consorciados e em qualquer área, voltados para o desenvolvimento regional. Os consórcios podem ser firmados entre todas as esferas de governo (municípios-municípios, municípios-estados, municípios-estado-União).

Desta forma, o estado da Bahia possui cerca de 30 Consórcios Públicos⁷, sendo que 17 deles possuem atuação na área socioambiental e convênios firmados ou em análise com a Secretaria de Meio Ambiente do estado da Bahia (SEMA-BA). Segundo a SEMA-BA, este convênio permite que o Consórcio Público tenha acesso à recursos para pagamento do salário de uma equipe técnica, 1 veículo, 1 computador, 1 impressora, 1 decibímetro ou câmera digital, 1 GPS e 1 Scanner.

Para fazer a implementação, capacitação, gestão e fiscalização destes convênios e apoiar a descentralização da gestão pública do meio ambiente, a SEMA-BA possui uma Superintendência de Políticas e Planejamento Ambiental (SPA) e o seu Programa Estadual de Gestão Ambiental Compartilhada (GAC). Pelo tipo de atuação, a SPA foi o órgão indicado pela SEMA-BA para ser o parceiro estadual dos Diálogos A3P Bahia.

⁷Planilha com os Consórcios Públicos da Bahia em 2013:

http://www.consorciospublicos.ba.gov.br/uploads/Relacao_contato_DEZEMBRO__2013.pdf

2. Resultados dos Diálogos A3P Bahia

Utilizando a metodologia e os instrumentos apresentados nos produtos anteriores desta consultoria, foi possível realizar a coleta de informações no estado da Bahia que servirão de subsídios para a municipalização da A3P. E os resultados são apresentados a seguir:

2.1. Parceria da A3P com a Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia (SEMA-BA)

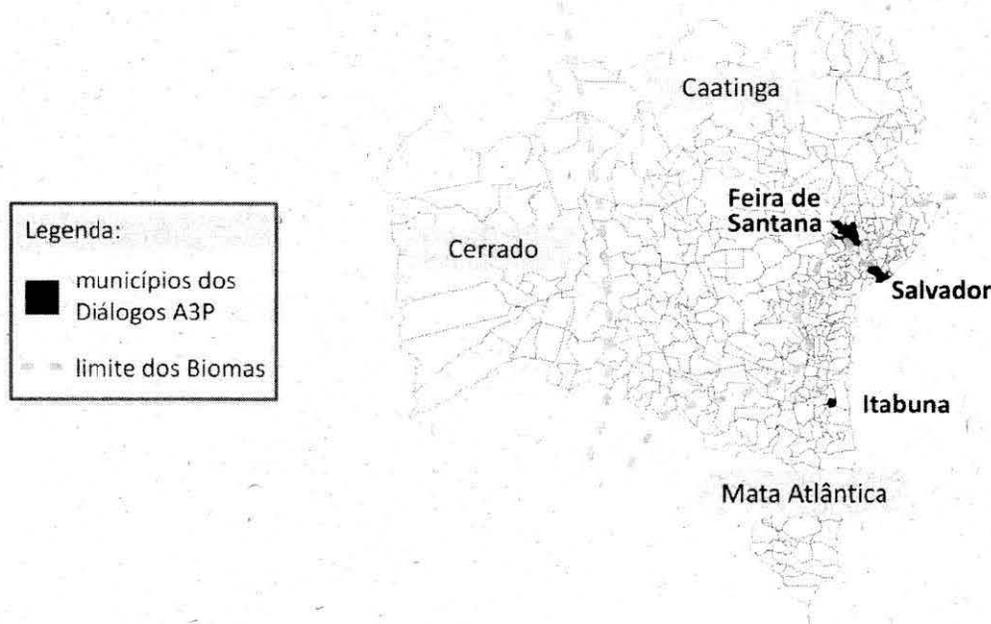
Para a oficialização da parceria entre o Ministério do Meio Ambiente/Programa A3P e a SEMA-BA sugeriu-se o envio de e-mail do gerente do A3P, Sr. Dioclécio Ferreira da Luz, para o secretário da SEMA-BA, Sr. Eugênio Spengler, no contato secretario.sema@sema.ba.gov.br.

Posteriormente, a SEMA-BA indicou a Sra. Kitty de Queiroz Tavares, diretora da Diretoria de Estudos Avançados em Meio Ambiente (DEAMA)/Superintendência de Políticas e Planejamento Ambientais (SPA) como responsável pela parceria na realização dos 3 Diálogos A3P Bahia. E os contatos foram realizados pelo e-mail kitty.tavares@sema.ba.gov.br, telefone (71) 3115-9813 e aplicativo de celular Whatsapp.

Devido à atuação e articulação da SEMA-BA com os municípios da Bahia por meio dos Consórcios Públicos, não houve necessidade de se realizar parceria com as prefeituras dos 3 municípios que sediaram os eventos.

2.2. Municípios-sede dos Diálogos A3P Bahia

A escolha dos 3 municípios-sede dos Diálogos A3P Bahia levou em consideração os 3 biomas do Estado e a facilidade para reunir representantes de órgãos públicos dos municípios da região com até 50 mil habitantes.





Sendo assim, no dia 24 de outubro de 2016, o município de Feira de Santana sediou o evento do bioma Caatinga, na Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC) - Rua Artêmia Pires Freitas, SIM - sala 20 - 2º andar - bairro Santo Antônio dos Prazeres.

No dia 26 de outubro, o município de Itabuna sediou o evento do bioma Mata Atlântica, também na Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC) - Praça José Bastos, 55 - sala 505 - 5º andar - bairro Osvaldo Cruz.

Já o evento previamente programado para o bioma Cerrado, precisou ser transferido para o município de Salvador, no bioma Mata Atlântica, por 3 motivos: 1. baixo número de prefeitos reeleitos ou que fizeram seus sucessores nas eleições municipais de 2016; 2. dificuldades orçamentárias municipais; 3. grandes distâncias entre os municípios.

Então, percebeu-se que o contexto para a realização do Diálogos A3P nesta região não era favorável, e o evento foi realizado no dia 04 de novembro, no Sindicato da Indústria da Construção do Estado da Bahia (SINDUSCON-BA) - Rua Minas Gerais, 436 - bairro Pituba - Salvador.

Com 7 horas de duração, os eventos apresentaram a seguinte estrutura geral:

- 8h30 - Recepção e confirmação de presença
- 9h00 - Apresentação da SEMA: As novas perspectivas do Programa GAC
- 9h30 - Apresentação geral do "Diálogos A3P"
- 10h00 - 1ª divisão em grupos temáticos
- 11h15 - Intervalo
- 11h30 - Compartilhar resultados dos grupos temáticos
- 12h15 - Almoço
- 13h30 - Palestra "Exemplos sustentáveis em órgãos públicos municipais"
- 14h00 - 2ª divisão em grupos temáticos
- 15h30 - Intervalo
- 15h45 - Compartilhar resultados dos grupos temáticos
- 16h30 - Encerramento

2.3. Divulgação e inscrição dos 3 Diálogos A3P Bahia

A divulgação dos 3 eventos foi realizado por meio do site da SEMA-BA, e-mail e Whatsapp.

Na página inicial do site da SEMA-BA foi publicado um banner sobre os Diálogos A3P Bahia com hyperlink para a seguinte notícia: <http://www.meioambiente.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=407>

O e-mail de divulgação foi enviado para as secretarias municipais de meio ambiente das 3 regiões, em lista de contatos elaborada pela SEMA-BA, e reforçado pela Associação dos Municípios do Sul, Extremo Sul e Sudoeste Baiano (AMURC) e os Consórcios Públicos de Desenvolvimento Sustentável do Território Sisal (CONSISAL), de Desenvolvimento Sustentável do Território Litoral Sul, de Desenvolvimento Sustentável Portal do Sertão (PORTAL) e Intermunicipal do Semi-árido Nordeste II (CISAN).

Utilizando como exemplo o e-mail do evento de Salvador, o conteúdo foi o seguinte:



O Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia, convidam representantes dos órgãos públicos municipais para o evento Diálogos A3P Bahia.

Além de conhecer um pouco mais sobre a realidade das prefeituras, a oficina Diálogos A3P Bahia pretende encontrar alternativas para a implementação de uma agenda ambiental e de práticas de sustentabilidade vinculadas ao Programa Agenda Ambiental na Administração Pública do MMA, conhecido como A3P.

O ponto alto do evento são os dois momentos de diálogo em grupo sobre temas como: uso racional dos recursos naturais e bens públicos, gerenciamento de resíduos sólidos, qualidade de vida no ambiente de trabalho, sensibilização e capacitação dos servidores, contratações públicas sustentáveis ou construções sustentáveis.

Oficina Diálogos A3P Bahia

Data: 04/11/2016 (6ª feira)

Local: Salvador (BA) | Sindicato da Indústria da Construção do Estado da Bahia (SINDUSCON-BA) - Rua Minas Gerais, 436 - bairro Pituba

Programação

- 8h30 - Recepção e confirmação de presença
- 9h00 - Apresentação da SEMA: As novas perspectivas do Programa GAC
- 9h30 - Apresentação geral do "Diálogos A3P"
- 10h00 - 1ª divisão em grupos temáticos
- 11h15 - Intervalo
- 11h30 - Compartilhar resultados dos grupos temáticos
- 12h15 - Almoço
- 13h30 - Palestra "Exemplos sustentáveis em órgãos públicos municipais"
- 14h00 - 2ª divisão em grupos temáticos
- 15h30 - Intervalo
- 15h45 - Compartilhar resultados dos grupos temáticos
- 16h30 - Encerramento



Inscrição

Cada prefeitura/município poderá indicar até 3 (três) representantes dos órgãos da administração pública municipal para participar do Diálogos A3P Bahia.

As inscrições são gratuitas e podem ser realizadas até o dia 01/11/2016 (3ª feira) pelo formulário disponível no link: <http://bit.ly/A3P-bahia-salvador>

Em caso de dúvidas, envie e-mail para dialogosA3P@gmail.com (contato: Rafael Jó Girão - consultor MMA/PNUMA).

Certificação

Todos os participantes receberão por e-mail um certificado digital de participação do Diálogos A3P Bahia.

Mais informações sobre a A3P

- a) Acesse o site: <http://mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p>
- b) Lista de ações propostas para cada eixo temático da A3P: <http://bit.ly/indicadores-A3P>
- c) Cartilha "Como implantar a A3P": <http://bit.ly/cartilhaA3P>

Aproveitando os contatos de celular e os grupos de Whatsapp dos Consórcios Públicos e da SEMA-BA, foram elaboradas as seguintes imagens para cada Diálogos A3P Bahia:

		
24/10/16 Feira de Santana	26/10/16 Itabuna	04/11/16 Salvador
Tema: agenda ambiental e práticas de sustentabilidade	Tema: agenda ambiental e práticas de sustentabilidade	Tema: agenda ambiental e práticas de sustentabilidade
Oficina para prefeituras e demais órgãos municipais	Oficina para prefeituras e demais órgãos municipais	Oficina para prefeituras e demais órgãos municipais
mais informações: http://bit.ly/A3P-bahia-feiradesantana	mais informações: http://bit.ly/A3P-bahia-itabuna	mais informações: http://bit.ly/A3P-bahia-salvador

Junto às imagens foram inseridos também os respectivos links dos formulários de inscrição: <http://bit.ly/A3P-bahia-feiradesantana>, <http://bit.ly/A3P-bahia-itabuna> e <http://bit.ly/A3P-bahia-salvador>

2.4. Apresentações dos Diálogos A3P Bahia

No início dos eventos foram realizadas 2 apresentações e que utilizaram as seguintes projeções multimídia: 1. "As novas perspectivas do Programa GAC": <http://bit.ly/A3P-apresentacao-GAC> e 2. "Diálogos A3P Bahia": <http://bit.ly/A3P-apresentacao-ba>

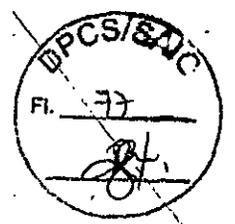
2.5. Resultados dos grupos temáticos

Os Diálogos A3P Bahia contaram com a participação de 59 participantes que atuam em órgãos públicos de 21 municípios do estado da Bahia.

A seguir são apresentadas informações sobre o número de participantes de cada município e os órgãos públicos que eles representaram.

PARTICIPANTES DIÁLOGOS A3P BAHIA			
Feira de Santana			
Município de origem/Nº de habitantes ⁸	Número de participantes	Órgãos públicos	Cargos
Biritinga / 15.770	1	Secretaria de Meio Ambiente	secretário
Conceição da Feira / 22.656	2		
Conceição do Coité / 68.146	4	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente; Consisal	fiscal; técnica ambiental; coordenador de departamento
Conceição do Jacuípe / 33.354	1	Secretaria de Meio Ambiente	secretária
Feira de Santana / 617.528	7	Prefeitura; Consórcio Portal do Sertão	bióloga; engenheiro ambiental
Rafael Jambeiro / 24.349	1	Secretaria de Meio Ambiente	técnico ambiental
Serrinha / 83.275	2	Consisal; Secretaria de Meio Ambiente	técnica ambiental; coordenadora
Valente / 27.906	1	Consisal	técnica ambiental
	19	Total de participantes	
Itabuna			
Município de origem/Nº de habitantes	Número de participantes	Órgãos públicos	Cargos
Almadina / 6.145	2	Câmara de Vereadores	vereador
Camacan / 33.197	1	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	secretário
Ibirapitanga / 24.180	2	Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente	secretário
Iguai / 27.787	3	Meio Ambiente; Ação Social; Saúde	secretário; coordenadora; motorista
Itabuna / 219.680	5	Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território Litoral Sul; AMURC	secretário executivo; técnico gestão ambiental; engenheira ambiental; coordenador administrativo
Itacaré / 27.619	1	Secretaria de Meio Ambiente	engenheiro ambiental
Itajuípe / 21.754	1	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	agrônomo
Mascote / 14.877	1	Administração	técnico
Ubaitaba / 20.813	1	Secretaria de Meio Ambiente	assessor técnico
Ubatã / 27.051	1		
	18	Total de participantes	

⁸ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Estimativa de população em 2015: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2015/estimativa_dou.shtm



Salvador			
Município de origem/Nº de habitantes	Número de participantes	Órgãos públicos	Cargos
Cairu / 17.730	4	Prefeitura; Câmara de Vereadores	assessoria ambiental; vereador
Dias d'Ávila / 78.058	1	Secretaria de Meio Ambiente	
Salvador / 2.921.087	17	Secretaria Cidade Sustentável; Secretaria de Educação; Companhia de Desenvolvimento Urbano (CONDER); Fundação Cidade Mãe; Assembleia Legislativa; Conselho Regional de Administração (CRA); União dos Municípios da Bahia (UPB).	Analista; assistente administrativo; subsecretário; assessoria; chefe de gabinete; coordenadora pedagógica; coordenadora de ações e projetos; administradora; advogado
	22	Total de participantes	

Outra informação interessante obtida por meio do formulário de inscrição dos participantes foi o grau de dificuldade para a implementação dos eixos temáticos da A3P nos órgãos da administração pública municipal. Os participantes foram estimulados a escolher a opção que melhor representasse à sua realidade, em uma escala de 1 a 5, no qual 1 é "muito fácil" e 5 é "muito difícil". A seguir são apresentados os resultados:

NÍVEL DE DIFICULDADE PARA IMPLEMENTAR OS EIXO TEMÁTICOS DA A3P.		
Feira de Santana		
Eixo temático A3P	Nível de dificuldade	Justificativas
Uso racional dos recursos naturais e bens públicos	73,7% (grau 3 e 4)	O nível elevado de dificuldade se justifica por: falta de adesão dos servidores públicos; quadro de servidores com poucos concursados e muitos comissionados ou terceirizados; falta de servidores com qualificação na área socioambiental; meio ambiente e sustentabilidade não são considerados temas prioritários; falta de recursos financeiros para implementar as propostas.
Gerenciamento de resíduos sólidos	63,2% (grau 4 e 5)	
Qualidade de vida no ambiente de trabalho	47,4% (grau 3 e 4)	
Sensibilização e capacitação dos servidores	52,6% (grau 3 e 4)	
Contratações públicas sustentáveis	47,4% (grau 4 e 5)	
Construções sustentáveis	52,6% (grau 4 e 5)	
Itabuna		
Eixo temático A3P	Nível de dificuldade	Justificativa
Uso racional dos recursos naturais e bens públicos	77,8% (grau 3 e 4)	As principais dificuldades se justificam por: meio ambiente e sustentabilidade não são prioridade dos gestores públicos; falta de recursos financeiros; falta de capacitação técnica na área socioambiental; excesso de burocracia na gestão pública; falta de articulação entre setores/secretarias; falta de aterro sanitário e cooperativa de coleta seletiva no município.
Gerenciamento de resíduos sólidos	55,6% (grau 4 e 5)	
Qualidade de vida no ambiente de trabalho	88,9% (grau 2 e 3)	
Sensibilização e capacitação dos servidores	66,7% (grau 2 e 3)	
Contratações públicas sustentáveis	55,6% (grau 4 e 5)	
Construções sustentáveis	55,6% (grau 4 e 5)	

Salvador		
Eixo temático A3P	Nível de dificuldade	Justificativa
Uso racional dos recursos naturais e bens públicos	64,3% (grau 3)	O nível elevado de dificuldade se justifica por: dificuldade de articulação entre secretarias/setores; falta de apoio dos gestores públicos; excesso de burocracia; falta de autonomia na tomada de decisão e implementação de boas práticas na administração pública; órgãos funcionam em prédios antigos e que inviabilizam determinadas adaptações mais sustentáveis; custo elevado de alguns produtos e tecnologias sustentáveis; falta de adesão dos servidores públicos às práticas mais sustentáveis.
Gerenciamento de resíduos sólidos	75% (grau 3 e 4)	
Qualidade de vida no ambiente de trabalho	57,1% (grau 3 e 4)	
Sensibilização e capacitação dos servidores	53,6% (grau 3 e 4)	
Contratações públicas sustentáveis	67,9% (grau 4 e 5)	
Construções sustentáveis	67,9% (grau 4 e 5)	

Após as 2 apresentações, os participantes foram divididos em 3 grupos temáticos no período da manhã e outros 3, no período da tarde, de acordo com as suas preferências.

Cada grupo trabalhou com um dos 6 eixos temáticos da A3P e seus indicadores de avaliação (disponibilizados previamente pelo link <http://bit.ly/indicadores-A3P> e também em folhas impressas no dia do evento) buscando responder a uma pergunta norteadora e os resultados são apresentados a seguir:

EIXO 1: USO RACIONAL DOS RECURSOS NATURAIS E BENS PÚBLICOS	
Pergunta norteadora: O eixo aborda o uso de energia, água, copos descartáveis, papel e formas de transporte. Como melhorar a eficiência no uso destes recursos naturais e reduzir o desperdício nas atividades da prefeitura e os demais órgãos da administração pública municipal?	
Diálogos A3P Bahia - Feira de Santana	
Dificuldades e dúvidas	Soluções e opiniões
Falta de acesso as faturas de consumo de água, energia elétrica e telefone.	Individualização das faturas por setor.
Falta de dados sobre a economia gerada pelas ações da A3P nos órgãos públicos municipais.	Implementar um site para dar publicidade aos dados.
Alguns setores ainda não possuem estrutura para receber documentos oficiais em formato digital e por e-mail.	Expandir a informatização dos procedimentos administrativos.
Passagens aéreas não são muito utilizadas pelos órgãos públicos municipais.	
Diálogos A3P Bahia - Itabuna	
Dificuldades e dúvidas	Soluções e opiniões
Uso excessivo e destino inadequado para o papel.	Utilizar sempre frente e verso.
	Imprimir somente o necessário.
	Utilizar mais o e-mail e sistemas informatizados para troca de documentos entre órgãos públicos.
	Implementar a separação de resíduos recicláveis.
Uso excessivo de água.	Analisar e implementar equipamentos mais sustentáveis (exemplo: torneiras e vasos sanitários)
	Elaborar e implementar projetos de captação e uso

	de água de chuva.
	Minimizar o uso de mangueiras em lavagens de veículos oficiais e outros.
Uso excessivo e energia elétrica.	Implementar placas solares. Substituir lâmpadas incandescentes e fluorescentes por LEDs, e instalar sensor de movimento em locais de passagem. Reformas ou novas construções devem aproveitar melhor a iluminação e ventilação natural.
Consumo excessivo de combustível.	Revisão periódica dos veículos oficiais.

Diálogos A3P Bahia - Salvador

Dificuldades e dúvidas	Soluções e opiniões
Consumo elevado de energia elétrica com computadores.	Redução das horas de atendimento ao público. Configurar computadores para hibernação e desligamento após tempo sem utilização.
Consumo elevado de copos descartáveis.	Instalação de bebedouro com duas torneiras, uma de jato para a boca e outra para copo durável. Distribuição de canecas duráveis.
Consumo elevado de energia elétrica com lâmpadas.	Troca para lâmpadas LED e com sensor de desligamento em locais de passagem. Acordo interno de desligar lâmpadas de salas vazias. Sempre que possível, utilizar energia solar para iluminação do ambiente.
Uso excessivo de papel e outros materiais.	Estabelecer cotas de consumo por servidor público.

EIXO 2: GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Pergunta norteadora: O eixo aborda a coleta seletiva e o descarte de resíduos perigosos e os eletrônicos: Como melhorar a eficiência das ações de controle, redução da geração e destinação correta dos resíduos gerados pela prefeitura e os demais órgãos da administração pública municipal?

Diálogos A3P Bahia - Feira de Santana

Dificuldades e dúvidas	Soluções e opiniões
Diversos municípios não possuem local adequado para descarte de resíduos eletroeletrônicos e perigosos.	Firmar parceria com empresas para a arrecadação e destinação adequada destes resíduos. Exemplo: Em Conceição do Jacuípe, a empresa Brasilgás é parceira da prefeitura na coleta de pilhas e baterias.
Comerciantes e fornecedores de lâmpadas não se responsabilizam com a logística reversa de seus produtos.	Somente permitir a participação em licitações públicas de empresas que respeitem a legislação e se responsabilizem pela coleta e destinação adequada das lâmpadas. Realizar oficinas de orientação para empresas sobre as responsabilidades da Política Nacional de Resíduos Sólidos.
Uso excessivo de copos descartáveis.	Substituição dos copos descartáveis pelos reutilizáveis. Parceria com a Secretaria de Educação para realização de ações educativas com os servidores públicos.
Uso excessivo de papel sulfite no escritório e descarte inadequado.	Expandir a informatização dos procedimentos administrativos. Implementar a separação dos resíduos recicláveis,

	orgânicos e lixo nos órgãos públicos.
	Formalizar parceria com cooperativas de coleta seletiva e instalar máquina fragmentadora de papel.
Diálogos A3P Bahia - Itabuna	
Dificuldades e dúvidas	Soluções e opiniões
Destinação final adequada para resíduos eletroeletrônicos, pilhas e baterias e lâmpadas.	Buscar parcerias para implementar a logística reversa. Inserir a obrigação da logística reversa nos editais de licitação.
Baixa participação do servidor público na gestão dos resíduos sólidos.	Estimular a participação e conseguir o apoio dos gestores públicos. Criação de ações e projetos de gestão de resíduos em conjunto com todas as secretarias.
Destinação inadequada de materiais recicláveis.	Implementar os coletores de resíduos recicláveis nos órgãos públicos. Implementar centros de triagem de resíduos recicláveis e apoiar a criação de cooperativas.
Busca de alternativas para os resíduos sólidos orgânicos.	Implantação do uso de composteiras (exemplo: sistema com caixas plásticas empilhadas)
Diálogos A3P Bahia - Salvador	
Dificuldades e dúvidas	Soluções e opiniões
Elaboração e implementação de Plano de Gestão de Saneamento e Resíduos Sólidos.	Solicitar recursos técnicos e financeiros para o governo federal e estadual.
Destinação adequada dos resíduos dos órgãos públicos.	Oficializar parceria com cooperativas de coleta e triagem de resíduos recicláveis. Oficializar parceria com fábricas que reciclam óleo de cozinha.

EIXO 3: CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS	
Pergunta norteadora: O eixo aborda a aquisição de bens, contratações de serviços, obras e reformas com critérios de sustentabilidade. Como incorporar estas práticas na prefeitura e nos demais órgãos da administração pública municipal?	
Diálogos A3P Bahia - Feira de Santana	
Dificuldades e dúvidas	Soluções e opiniões
Selecionar empresas com perfil sustentável para contratação.	Nos editais de convocação e licitação informar os requisitos de sustentabilidade da empresa e de seus produtos/serviços para contratação.
Falta de critérios sustentáveis na aquisição de produtos.	Definir os critérios de sustentabilidade para compra de produtos e difundir para todos os órgãos públicos municipais. Realizar bom planejamento das compras para prevenir o desperdício de produtos.
Diálogos A3P Bahia - Itabuna	
Dificuldades e dúvidas	Soluções e opiniões
Eixo temático não foi trabalhado.	

Diálogos A3P Bahia - Salvador	
Dificuldades e dúvidas	Soluções e opiniões
Aumentar a durabilidade de equipamentos.	Estruturar um setor e equipe de manutenção preventiva de equipamentos.
Definição de imóveis de locação para órgãos públicos.	Definir critérios de construção sustentável para a seleção dos melhores imóveis.
Prefeituras não possuem nenhuma iniciativa para aquisição de produtos mais sustentáveis.	Incorporar os critérios de sustentabilidade para produtos nos editais e termos de referência das licitações.
Imóveis atuais não possuem equipamentos mais sustentáveis.	Implementar equipamentos mais sustentáveis nas próximas reformas ou construções.

EIXO 4: QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO
 Pergunta norteadora: O eixo aborda ações voltadas para a segurança, acessibilidade e bem estar dos servidores públicos.
 Como incorporar estas práticas na prefeitura e nos demais órgãos da administração pública municipal?

Diálogos A3P Bahia - Feira de Santana	
Dificuldades e dúvidas	Soluções e opiniões
Falta de programas com foco em segurança e bem-estar dos servidores públicos.	Implementar programas que ofereçam oficinas que abordem temas como stress e riscos de acidente no ambiente de trabalho.
	Adequação de mobiliários e do espaço físico.
	Realização de atividades lúdicas para promover maior integração dos servidores.
	Implementar a CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) e suas normas regulamentadoras.
Dificuldade de acessibilidade nos prédios e espaços públicos.	Contratar profissionais habilitados para atuar com estes temas.
	Sensibilizar os gestores públicos sobre a importância da acessibilidade para todos.
Número reduzido de Corpos de Bombeiros na região e falta de brigadas de incêndio municipais.	Promover a acessibilidade por meio de reformas e adaptações em prédios e espaços públicos.
	Por meio dos Consórcios Públicos, ampliar o número de Corpos de Bombeiros na região e então potencializar a composição e treinamento das brigadas de incêndio municipais.

Diálogos A3P Bahia - Itabuna

Dificuldades e dúvidas	Soluções e opiniões
Eixo temático não foi trabalhado.	

Diálogos A3P Bahia - Salvador	
Dificuldades e dúvidas	Soluções e opiniões
Tema desconectado da agenda dos gestores públicos e do cotidiano das secretarias.	Diálogo para convencer os gestores públicos sobre a importância do tema.
Setor de recursos humanos fragilizado.	Fortalecer o setor de recursos humanos com capacitação ou contratação de servidores que coordenem um programa de qualidade de vida no ambiente do trabalho em todos os setores/secretarias.

EIXO 5: SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES

Pergunta norteadora: O eixo aborda ações de informação, valorização, capacitação e engajamento dos servidores.

Como criar e consolidar a consciência cidadã da responsabilidade socioambiental nos servidores da prefeitura e demais órgãos da administração pública municipal?

Diálogos A3P Bahia - Feira de Santana**Dificuldades e dúvidas****Soluções e opiniões**

Elevado número de servidores comissionados ou terceirizados.

Realizar treinamento nos primeiros dias de trabalho sobre a A3P e formalizar em seus contratos a necessidade de participar ativamente deste e outros programas da administração pública municipal.

Baixa participação dos servidores públicos em atividades socioambientais.

Criar um setor ou comissão responsável por capacitação, mobilização e comunicação continuada, e que tenha apoio da SEMA e MMA.

Estimular a articulação e troca de experiências entre setores/secretarias.

Estimular a participação por meio do oferecimento de benefícios (exemplo: servidores que oferecem carona solidária podem estacionar seu veículo no estacionamento da prefeitura).

Diálogos A3P Bahia - Itabuna**Dificuldades e dúvidas****Soluções e opiniões**

Eixo temático não foi trabalhado.

Diálogos A3P Bahia - Salvador**Dificuldades e dúvidas****Soluções e opiniões**

Resistência para mudança comportamental por parte dos servidores.

Sensibilização da alta gerência.

Envolvimento de todos os níveis hierárquicos.

Criação de banco de boas práticas local.

Desenvolvimento de capacitações com linguagem acessível, criativa e envolvente.

Realização de ações pontuais e com pouco alcance.

Criação de um conselho diretor local.

Elaborar publicações e campanhas customizadas à realidade local e aos órgãos públicos municipais.

Retroalimentar as ações periodicamente.

Baixa participação ou apoio dos gestores públicos.

Demonstrar os benefícios da A3P, originados do uso eficiente dos recursos, redução de desperdícios e melhoria da imagem institucional.

Desmotivação dos servidores.

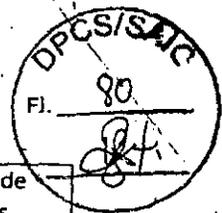
Criar um ranking de indicadores de boas práticas, redução de gastos, melhoria de qualidade.

Envolver todos os servidores nas atividades da A3P, inclusive os recém-contratados e os próximos de se aposentar.

Equipe reduzida e sobrecarregada.

Criar "ecotimes" unindo os servidores de todos setores/secretarias, de acordo com suas potencialidades e disponibilidade.

Utilizar recursos tecnológicos para agilizar a comunicação (videoconferência, Whatsapp, lista de e-mail e outros).



Descumprimento de planos de ação e seus prazos.	Criar documentos e agenda virtuais, com o envio de lembretes por e-mail para lembrar as atividades pendentes e os prazos de cada servidor do "ecotime".
Recursos financeiros escassos.	Buscar parcerias com diversas instituições públicas e privadas.

EIXO 6: CONSTRUÇÕES SUSTENTÁVEIS

Pergunta norteadora: Neste eixo a construção deve considerar medidas para a redução e otimização do consumo de materiais e energia, redução dos resíduos gerados, preservação do ambiente natural e melhoria da qualidade do ambiente construído.

Como incorporar estas práticas na prefeitura e nos demais órgãos da administração pública municipal?

Diálogos A3P Bahia - Feira de Santana

Dificuldades e dúvidas	Soluções e opiniões
Falta de ações para captação e reaproveitamento da água de prédios públicos:	Iniciar com a coleta e reaproveitamento de água de bebedouros e de aparelhos de ar-condicionado. Segundo passo pode ser a coleta e reaproveitamento de água de chuva.
Gasto financeiro elevado com energia elétrica.	Implementar placas solares. Reformas ou novas construções devem aproveitar melhor a iluminação e ventilação natural.
Utilização de materiais não sustentáveis em obras públicas.	Inserir critérios de sustentabilidade para os serviços e produtos das obras públicas, nos editais de licitação.

Diálogos A3P Bahia - Itabuna

Dificuldades e dúvidas	Soluções e opiniões
Esgoto doméstico/comercial sendo despejado diretamente em córregos e rios.	Em parceria com outras secretarias, elaborar e implementar projeto de coleta e tratamento de esgoto.
Gasto financeiro elevado com energia elétrica.	Reformas ou novas construções devem aproveitar melhor a iluminação e ventilação natural. Utilização de lâmpadas LED.
Falta de conhecimento técnico.	Promover cursos de capacitação em construção sustentável para os servidores públicos.

Diálogos A3P Bahia - Salvador

Dificuldades e dúvidas	Soluções e opiniões
Edificações públicas alugadas antigas e tombadas pelo Iphan.	Estabelecer padrões de sustentabilidade para renovação de contratos ou novas locações.
Reformas ou novos projetos de edificações públicas.	Estabelecer padrões de sustentabilidade para construções (exemplos: uso de madeira de reflorestamento, captação e uso de água de chuva, uso de energia solar e outros) e difundir para todos os órgãos da administração pública municipal.

2.6. Certificados de participação

Como forma de oficializar a participação de todos nos Diálogos A3P Bahia e as suas contribuições para a municipalização da A3P, foi elaborado um certificado digital de participação, conforme o modelo abaixo, e que foi disponibilizado por e-mail.



Desta forma, este consultor apresenta o **Produto 4. Relatório consolidando as informações coletadas na viagem de campo 1 - estado da Bahia**, para avaliação e aprovação.

Rafael Jô Girão
Rafael Jô Girão

Gestor Ambiental – Consultor